



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2015
(Da Sra. Eliziane Gama)

*Solicita cópia ao Tribunal de Contas da União
- TCU do Processo 009.845/2010-0 e seus
apensados (Implantação da refinaria Premium
no Estado do Maranhão).*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 71, VII da Constituição Federal c/c art. 61 § 4º e art. 98, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam adotadas as providências para a Solicitação de Informações ao Tribunal de Contas da União – TCU acerca do *Processo 009.845/2010-0 e seus apensados (Implantação da refinaria Premium no Estado do Maranhão)*. O processo em questão é classificado como sigiloso, sendo o acesso ao seu conteúdo feito mediante requerimento protocolado no TCU, endereçado ao Presidente do Tribunal, conforme informação do próprio tribunal. Informa também que a vista poderá ser concedida desde que o requerente demonstre legitimidade para tanto, por ser parte, procurador da parte ou por estar amparado em alguma outra hipótese autorizada pelas normas que regem a matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Durante a divulgação do balanço do terceiro trimestre, a Petrobras anunciou a redução de investimentos. Entre os cortes está o cancelamento da construção da Refinaria Premium I, no Maranhão. A estratégia de adiamento de projetos nesse segmento ocorre após a área de refino ter sido o foco de grandes polêmicas na Petrobras no último ano.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A pedra fundamental da refinaria do Maranhão foi lançada em 2010, com grande alarido, na presença do então presidente Lula, sua candidata à sucessão Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil. O então senador José Sarney, sua filha Roseana e Edison Lobão, ministro das Minas e Energia na época também estavam presente.

Seria a maior refinaria do Brasil, com capacidade de produzir 600 mil barris/dia, empregaria 25 mil pessoas no ápice das obras e deveria entrar em pleno funcionamento em 2016. Um projeto como este que criou expectativa de geração de emprego e renda para milhares de maranhenses. Quatro anos depois, decidem pela paralização da obra, que somente em terraplanagem, consumiu R\$ 583 milhões, além de mais R\$ 1 bilhão em projetos, treinamentos, transporte, estudos ambientais. Sendo todo montante pago pela Petrobras.

O TCU, no processo solicitado em questão, realizou uma auditoria, desde 12/04/2010, sobre a implantação desta refinaria. Preocupados, tanto com os impactos sociais, quanto com os ambientais e financeiros ocasionados pela paralisação da obra, defendemos que a Casa solicite as informações sobre esta auditoria.

Cabe esclarecer que, **embora os documentos sejam classificados como sigilosos, não exclui a atividade fiscalizadora do Congresso Nacional**, conforme preleciona o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal:

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em continuidade a esse entendimento, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê a possibilidade de fiscalização de tais documentos classificados:

“Art. 61. A fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, pelas Comissões, sobre matéria de competência destas, obedecerão às regras seguintes:

.....

*§ 4º Quando se tratar de **documentos de caráter sigiloso**, reservado ou confidencial, identificados com estas classificações, observar-se-á o prescrito no § 5º do art. 98.”*

§ 5º do art. 98:

*“§ 5º **Não se dará publicidade a informações e documentos oficiais de caráter reservado. As informações solicitadas por Comissão serão confiadas ao Presidente desta pelo Presidente da Câmara para que as leia a seus pares; as solicitadas por Deputado serão lidas a este pelo Presidente da Câmara. Cumpridas essas formalidades, serão fechadas em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado por dois Secretários, e assim arquivadas.**”*

Por todo o exposto, e pela necessidade da atuação fiscalizadora do Poder Legislativo, solicito ao Presidente desta Casa tomar as providencias cabíveis solicitadas acima.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputada ELIZIANE GAMA
PPS/MA